



AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL

Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Defesa Social
SEDS

Programa de Fortalecimento da Segurança
Cidadã
(BR-L1417)

*Sistema de Avaliação da Capacidade
Institucional*
(SECI)

José de Arimatéa Rodrigues
Setembro/2014

Relatório de Avaliação

SUMÁRIO

| | |
|---|---------|
| ENTREVISTAS REALIZADAS | pág. 03 |
| SIGLAS UTILIZADAS (Entidades e Termos) | pág. 04 |
| I. RESUMO EXECUTIVO | pág. 05 |
| II. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO | pág. 06 |
| A. OBJETIVOS | pág. 06 |
| B. METODOLOGIA UTILIZADA | pág. 06 |
| III. UNIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA | pág. 07 |
| A. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PROGRAMA | pág. 07 |
| B. EXPERIÊNCIAS NA GESTÃO DE PROJETOS FINANCIADOS POR ORGANISMOS INTERNACIONAIS | pág. 10 |
| IV. AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL SECI | pág. 11 |
| A. CONCEITOS | pág. 11 |
| B. CAPACIDADE DE PROGRAMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO | pág. 11 |
| C. CAPACIDADE DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PROGRAMADAS | pág. 13 |
| D. CAPACIDADE DE CONTROLE | pág. 15 |
| V. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES | pág. 17 |
| A. CAPACIDADE INSTITUCIONAL | pág. 17 |
| B. REVISÕES POR PARTE DO BANCO | pág. 18 |
| C. PLANO DE SUPERVISÃO | pág. 19 |
| VI. PLANO DE FORTALECIMENTO | pág. 20 |

ENTREVISTAS REALIZADAS

| Id. | Nome | Cargo | Telefone |
|--|--------------------------------|--|-----------------|
| Sistemas de: i) Planejamento e Programação; ii) Organização Administrativa; e iii) Administração Financeira | | | |
| 01 | Ana Cristina Braga Albuquerque | Subsecretária de Inovação e Logística do Sistema de Defesa Social | (31) 3330-8195 |
| 02 | Filipe Afonso Costa | Superintendente de Planejamento, Orçamento e Finanças da Subsecretaria de Inovação e Logística do Sistema de Defesa Social | (31) 3915-5803 |
| 03 | Luís Otávio Milagres de Assis | Assessor Chefe de Gestão Estratégica e Inovação da Secretaria de Estado de Defesa Social | (31) 3915-5547 |
| Sistema de Administração de Pessoal | | | |
| 04 | Janaissa Luiza Del Bioni | Superintendente de Recursos Humanos da Subsecretaria de Inovação e Logística do Sistema de Defesa Social | (31) 3330-8384 |
| Sistema de Administração de Bens e Serviços | | | |
| 05 | Adriane Ricieri Brito | Subsecretária de Gestão Estratégica Governamental da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão | (31) 3163-0901 |
| Sistema de Controle Interno | | | |
| 06 | Wettna Márcia Lages Ferreira | Auditora Chefe da Auditoria Setorial da Controladoria Geral do Estado | (31) 3915-5487 |

SIGLAS UTILIZADAS

Entidades

| | |
|---------------|---|
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| CBM | Corpo de Bombeiros Militar |
| CSC | Centro de Serviços Compartilhados |
| DEOP | Departamento de Obras do Estado |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| PC | Polícia Civil |
| PM | Polícia Militar |
| SEDS | Secretaria de Estado de Defesa Social |
| SEF | Secretaria de Estado da Fazenda |
| SEPLAG | Secretaria de Planejamento e Gestão |
| TCE/MG | Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais |
| TCU | Tribunal de Contas da União |
| UET | Unidade de Execução Técnica |
| UGP | Unidade de Gestão do Programa |

Termos

| | |
|-------------|---|
| CI | Capacidade Institucional |
| LDO | Lei de Diretrizes Orçamentárias |
| LOA | Lei Orçamentária Anual |
| LRF | Lei de Responsabilidade Fiscal |
| OE | Órgão Executor |
| POA | Plano Operativo Anual |
| PPA | Plano Plurianual |
| RH | Recursos Humanos |
| SECI | Sistema para Avaliar a Capacidade Institucional de Entidades e Organismos Executores de Programas e Projetos Financiados pelo BID |

I. RESUMO EXECUTIVO

- 1.1.O Estado de Minas Gerais (MG), situado na Região Sudeste do País, com 853 municípios, possui cerca de 586.528km², sendo a quarta maior em extensão territorial e a segunda em população com, aproximadamente, 19.595.309 milhões de habitantes, segundo dados do IBGE de 2010.
- 1.2.MG possui o terceiro PIB do Brasil, com R\$ 282.522 bilhões (IBGE/2008) e um PIB per capita de R\$14.519,00, o décimo do país. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) do Estado, considerado elevado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é de 0,825. A estrutura econômica do Estado apresenta um equilíbrio entre os setores industrial e de serviços, responsáveis, respectivamente, por 45,4% e 46,3% do PIB de Minas Gerais, enquanto a agropecuária contribui com apenas 8,3%.
- 1.3.Apesar dos bons índices apresentados, no período de 1996 a 2003, o Estado registrou um dado bastante desfavorável, o de um dos Estados com maior índice de crimes violentos. Houve um incremento de 400%, conforme dados do Sistema Estatístico Estadual. Com base nesta informação, o Governo do Estado de MG vem implementando uma série de ações que tem revertido, de certa forma, este índice. No período de 2004 a 2011, de 550 crimes em 2003 (para cada 100 mil habitantes) baixou para 320,87, em 2011.
- 1.4.Neste contexto e dando continuidade a implementação do Plano de Redução da Criminalidade no Estado, com a criação da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), integração do trabalho operacional das polícias Civil, Militar, Corpo de Bombeiros e Defensoria Pública, na focalização da ação do Estado nos Centros de Prevenção da Criminalidade – CPC, com destaque para a adoção de mediação de conflitos, o Programa Fica Vivo e o fortalecimento das medidas alternativas à privação da liberdade.
- 1.5.Objetivando consolidar os esforços realizados através da otimização do funcionamento e ampliação da cobertura dos serviços sociais oferecidos por meio do incremento da efetividade da ação policial, da melhoria da inserção social dos jovens em situação de risco e violência e redução da reincidência dos egressos do sistema socioeducativo e do sistema penitenciário nos 14 municípios mais violentos de MG, solicitou o apoio técnico e financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o propósito de apoiar a implementação do *Programa de Segurança Cidadã do Estado de MG*.
- 1.6.Para tanto, dando continuidade a esse processo, e, em atendimento às normas e procedimentos do Banco, foi realizada, no período de 01 e 02 de setembro de 2014, a avaliação da Capacidade Institucional (CI) da SEDS, que será o Órgão responsável pela implementação das ações e aplicação dos recursos do Programa, segundo a metodologia do Sistema de Avaliação da Capacidade Institucional – SECI, de Entidades e Organismos Executores de Programas e Projetos Financiados pelo BID.
- 1.7.Para a execução e coordenação geral das ações previstas no Programa, deve ser criada uma Unidade de Gestão do Programa (UGP) no âmbito da SEDS, responsável por todos os atos e fatos relacionados à execução dos recursos do financiamento, a qual será o elo entre o Governo do Estado e o BID e demais organizações e entidades públicas e privadas que possam, por ventura, vir a participar do Programa.
- 1.8.Os resultados obtidos (qualificações) no Sistema SECI indicaram que a SEDS, possui CI Satisfatória para gestão das ações que serão realizadas no âmbito do Programa, necessitando de

fortalecimento, entendimento e internalização das políticas, normas e procedimentos do BID. Indicou, ainda, um nível de Risco Institucional Baixo (RB) para a operação.

II. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

A. OBJETIVOS

- 2.1. O objetivo da presente consultoria, realizada no período de 22 de agosto a 22 de setembro de 2014, em atendimento ao contrato firmado com o BID, é apoiar a equipe de Projeto do Banco na realização da avaliação institucional e da capacidade de execução do Governo do Estado de Minas Gerais, em especial, da SEDS, que tem por finalidade planejar, organizar, articular, avaliar e otimizar as ações operacionais do sistema de defesa social, visando a promoção da segurança da população, conforme disposto no Decreto 45.870, de 30 de dezembro de 2011.
- 2.2. O objetivo deste Relatório é apresentar os resultados da avaliação da Capacidade Institucional e fornecer informações que sejam utilizadas diretamente pela Equipe de Projeto, durante a preparação da operação e na elaboração dos capítulos referentes à Execução do Programa, viabilidade e riscos do POD e Anexo Fiduciário. Da mesma forma, facilitará a definição das missões de revisão e de administração da execução e das visitas técnicas de inspeção institucional/executiva /financeira dos especialistas da Representação do BID no Brasil.

B. METODOLOGIA UTILIZADA

- 2.3. A avaliação institucional foi realizada nos dias 01 e 02 de setembro de 2014, nas dependências da SEDS, localizada na Cidade Administrativa do Governo do Estado de Minas Gerais.
- 2.4. A referida avaliação seguiu a metodologia e sistema de Avaliação da Capacidade Institucional de Entidades e Organismos Executores de Programas e Projetos financiados pelo BID (SECI), pela qual se analisou:
 - ✓ A Capacidade de Programação e Organização – que representa a habilidade para desenvolver processos de planejamento e programação e atribuir responsabilidade pela administração dos recursos, de tal forma que se obtenha uma dinâmica apropriada no exercício das atribuições e na oportunidade e qualidade das comunicações, composta por:
 - ❑ Sistema de Planejamento e Programação - processo por meio do qual se planeja e programa a realização das atividades do projeto durante um determinado período de tempo;
 - ❑ Sistema de Organização Administrativa - processo por meio do qual se estabelece a forma de organização dos recursos para atender às necessidades de programação, execução e controle das atividades.
 - ✓ A Capacidade de Execução – que representa a habilidade para alcançar os resultados programados, composta por:
 - ❑ Sistema de Administração de Pessoal - composto pelas Normas e Procedimentos relativos à busca, seleção, contratação, indução, desenvolvimento e avaliação do pessoal que participa do projeto;
 - ❑ Sistema de Administração de Bens e Serviços - composto pelas Normas e Procedimentos relativos à solicitação, autorização, cotização, contratação, verificação e execução ou entrega, ao registro e à verificação da existência dos bens ou serviços adquiridos no desenvolvimento da programação de operações. O conceito de serviços inclui a prestação de serviços de consultoria nas diferentes fases do projeto;

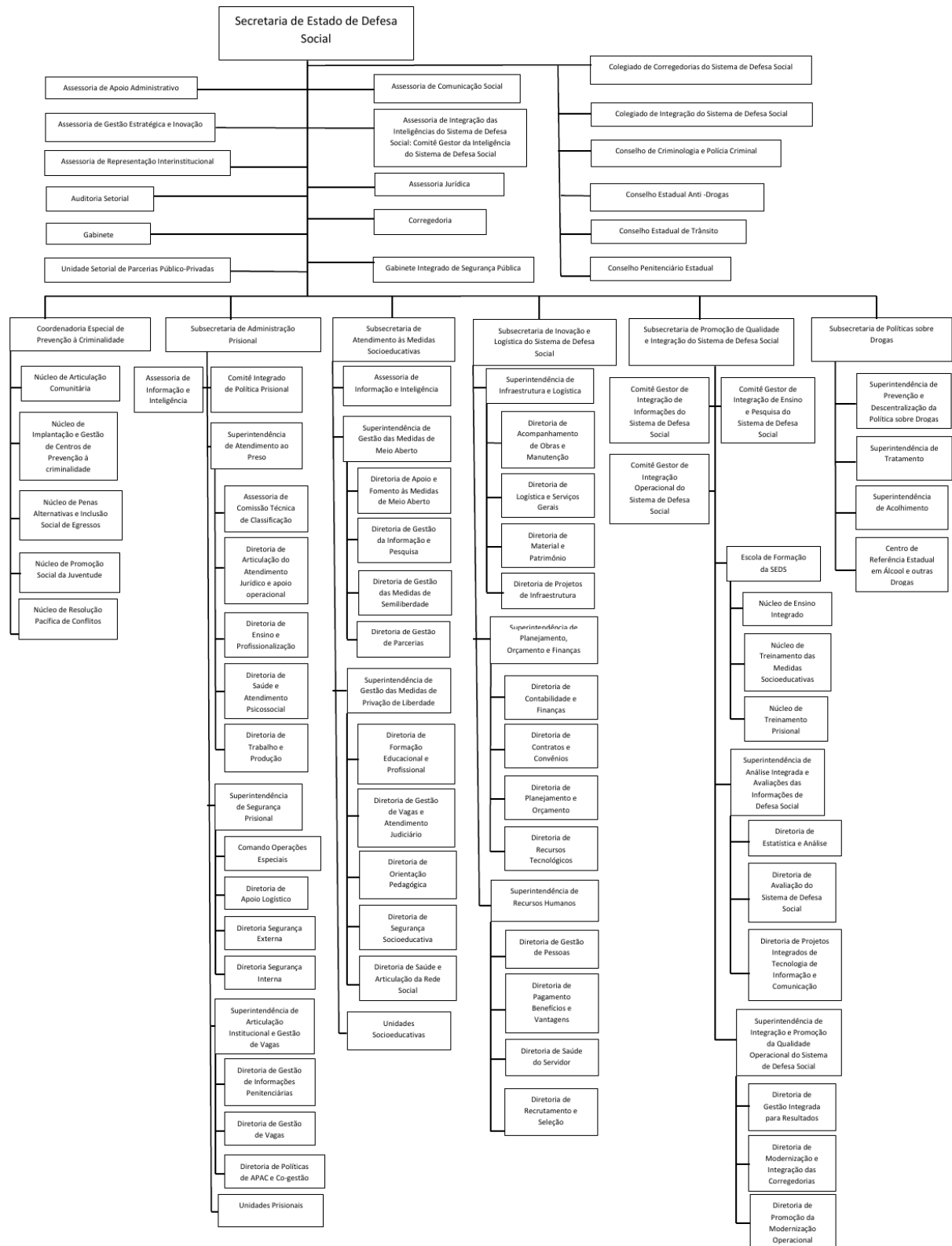
- ❑ Sistema de Administração Financeira - composto pelas Normas e Procedimentos relativos à administração dos fundos provenientes do financiamento ou da contribuição e da contrapartida local, à contabilidade integrada e aos relatórios financeiros.
 - ✓ A Capacidade de Controle - se manifesta de forma interna e externa. No primeiro caso, verifica a capacidade no contexto da organização do controle operacional de suas atividades e, no segundo caso, em cumprimento do estabelecido no Contrato de Empréstimo, a submissão das Demonstrações Financeiras e outras informações a um exame de Auditoria realizado por uma Instituição Superior de Auditoria, composto por:
 - ❑ Sistema de Controle Interno - processo executado por servidores de uma Entidade, com o objetivo de proporcionar segurança razoável na consecução de objetivos, nas seguintes categorias: a) Eficácia e eficiência das operações; b) Confiabilidade da informação financeira e operacional; c) Cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis.
 - ❑ Sistema de Controle Externo - composto pelo conjunto de atividades relacionadas com a seleção, contratação, execução e assimilação dos resultados dos serviços de Auditoria Externa, em cumprimento do Contrato de Empréstimo e a Política e Prática do Banco com respeito à Auditoria externa das Demonstrações Financeiras do Programa.
- 2.5.** A Capacidade Institucional foi avaliada, em cumprimento às Políticas do Banco dirigidas à fase de preparação de suas operações. Esta Avaliação permite apresentar uma conclusão sobre a CI da SEDS para a realização de atividades relacionadas com o planejamento, a execução, a supervisão e monitoramento das ações previstas no Programa.
- 2.6.** Durante os trabalhos e para a aplicação dos questionários foram realizadas reuniões e entrevistas com Subsecretários, Superintendentes, Assessores e Auditora do Governo do Estado, conforme relação anteriormente apresentada.
- 2.7.** Nas reuniões foram abordados, ainda, os seguintes temas: i) Estrutura da Unidade de Gestão (UGP) do Programa; ii) Mecanismo/Modelo institucional previsto para a execução do Programa e as relações institucionais previstas; iii) As normas e procedimentos de aquisição e prestação de contas do Banco; iv) Discussão sobre pontos abordados nos questionários do SECI; e v) Levantamento e identificação de aspectos a serem implementados para a melhoria da capacidade institucional da UGP.

III. UNIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA

A. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PROGRAMA

- 3.1.** O Mutuário da operação de crédito para o financiamento das ações do *Programa* será o Governo do Estado de Minas Gerais.
- 3.2.** O órgão executor será a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDES), órgão integrante da Administração Direta do Governo do Estado, que tem por finalidade planejar, organizar, articular, avaliar e otimizar as ações operacionais do sistema de defesa social, visando a promoção da segurança da população, conforme disposto no Decreto 45.870, de 30 de dezembro de 2011.

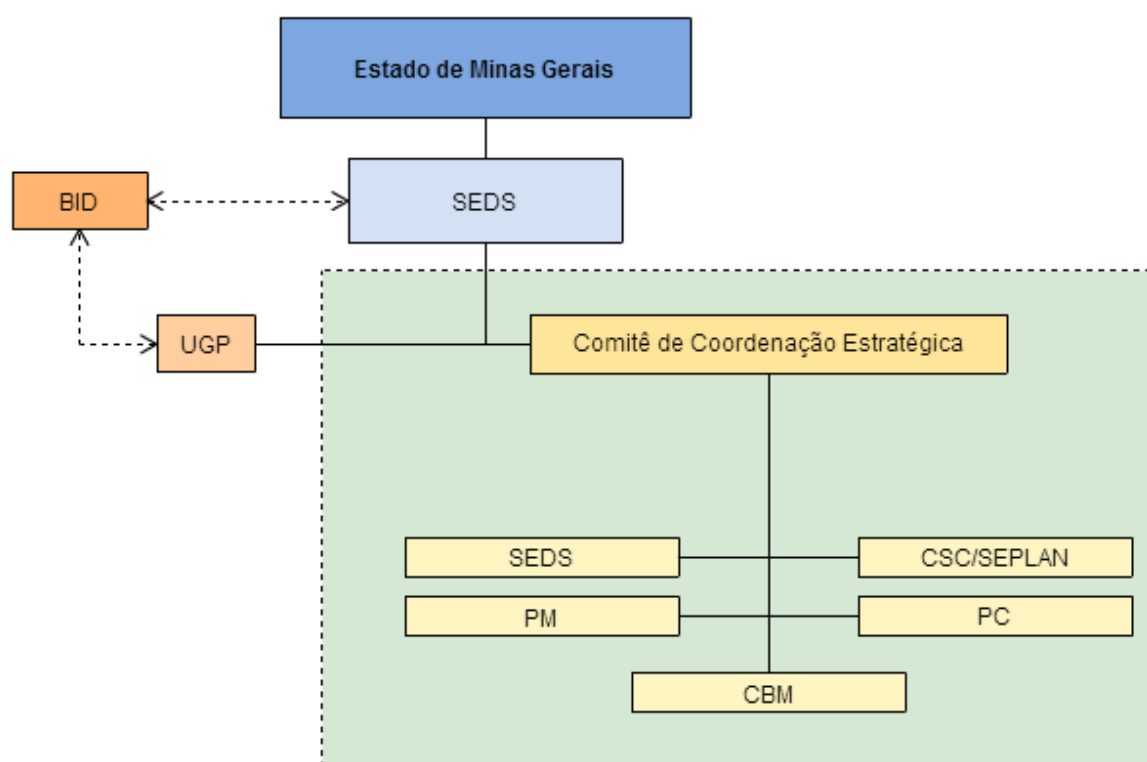
Organograma da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS)



3.3. Para a execução do Programa, com base na experiência do Banco obtida na preparação e execução de outros Programas similares, é proposto o seguinte modelo, composto por três instâncias complementares: i) um **Nível Estratégico** – Comitê de Coordenação Estratégica (CCE), composto por representante da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS); da Secretaria de Fazenda (SEF), da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), da Polícia Militar (PM), da Polícia Civil (PC) e do Corpo de Bombeiros Militar (CBM). Este Comitê dará suporte à operacionalização do Programa e objetiva promover a articulação institucional interna, acompanhar a execução e monitorar os resultados, visando assegurar o acompanhamento e correção da implantação dos mesmos, propondo eventuais ajustes que se façam necessários; ii) um **Nível de Coordenação, Gestão, Execução, Supervisão, Monitoramento e Avaliação**, por meio da Unidade de Gestão do Programa (UGP), que será criada no âmbito da SEDS e apoiada/assessorada pelo Departamento de Obras de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais (DEOP) que ficará responsável pela realização dos processos licitatórios das obras previstas e pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC) da SEPLAG, que tem por finalidade o gerenciamento do processamento das atividades transacionais e a prestação de serviços administrativos aos órgãos e entidades demandantes, onde em 2014 o Governo do Estado centralizou todas as compras públicas, com exceção da contratação de obras; iii) um **Nível Técnico** para a Especificação e Acompanhamento da Execução Física das ações previstas, pelas Unidades de Execução Técnica (UET) da SEDS, PM, PC e CBM, responsáveis pela especificação/definição técnica e supervisão/acompanhamento/recebimento da execução das atividades/produtos dos componentes do Programa.

3.3.1. CCE: será a instância máxima de decisão dos assuntos do Programa, responsável pelo direcionamento estratégico, definição de prioridades e de articulação entre os órgãos e áreas envolvidos e suas responsabilidades principais serão: i) definir prioridades e aprovar os Planos Operativos Anuais (POAs) e Planos de Aquisição (PAs); ii) aprovar os Relatórios Semestrais de Progresso que deverão ser apresentados ao Banco; e iii) resolver aspectos controversos relacionados com a execução do Programa.

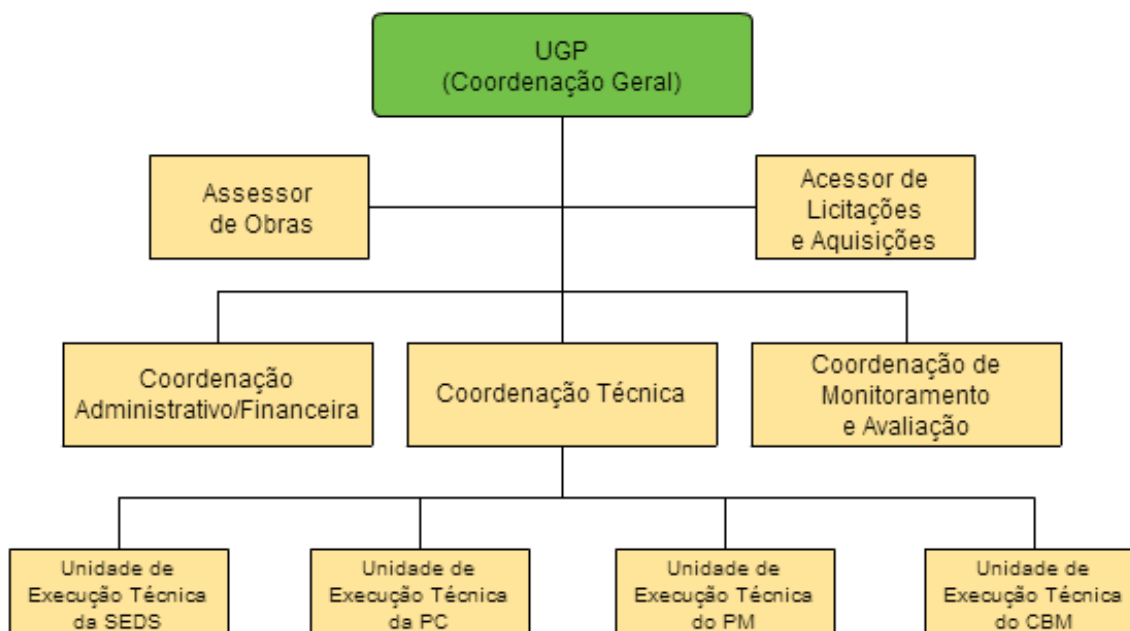
Estrutura Proposta para o CCE



3.3.2. UGP: deverá ser criada por meio de instrumento jurídico pertinente e diretamente vinculada ao Secretário (a) da SEDS. A UGP deverá ser composta por, no mínimo: i) um Coordenador-Geral designado pelo Secretário(a); ii) uma Coordenação Administrativo-Financeira; iii) uma Coordenação de Monitoramento e Avaliação; e iv) uma Coordenação Técnica, com quatro UET. Suas principais responsabilidades são: i) ser o interlocutor da SEDS junto ao Banco; ii) planejar a execução do Programa, com base nos marcos contratuais estabelecidos no Contrato de Empréstimo celebrado com o BID; iii) gerenciar, acompanhar e avaliar o cumprimento das metas e ações estabelecidas; iv) coordenar a execução físico-financeira; v) manter registros das operações do Programa separados por fontes de recursos; vi) elaborar, revisar e ajustar o POA, o PA e os Relatórios de Progresso correspondentes; vii) gerenciar os recursos do Programa e propor as modificações pertinentes na programação financeira durante sua execução, de acordo com as prioridades e orientações estabelecidas; viii) gerenciar a elaboração dos estudos e projetos pertinentes ao Programa; ix) acompanhar a tramitação e realização das licitações e processos de seleção e contratação de consultorias correspondentes ao Programa, junto ao DEOP e a CSC; x) promover e coordenar, em colaboração com os demais Órgãos participantes, as ações de divulgação do Programa e de interação com a comunidade envolvida; xi) gerenciar os contratos, inclusive os relacionados às obras; xii) fiscalizar/supervisionar a execução das obras e serviços.

3.3.3. UET: o Programa terá 04 UET, responsáveis pela especificação/definição técnica e supervisão/acompanhamento/recebimento da execução das atividades/produtos previstos nos Componentes – Para o desenvolvimento das atividades/ações previstas nos Componentes, a UGP contará com a estrutura técnica (UET), instalada na SEDS, PM, PC e CBM.

Estrutura Proposta para a UGP



B. EXPERIÊNCIAS NA GESTÃO DE PROJETOS FINANCIADOS POR ORGANISMOS INTERNACIONAIS

3.4. O Governo do Estado já realizou operações de crédito junto ao Banco, com experiência prévia em vários setores. São exemplos: o PROFISCO (SEF), o PNAGE (SEPLAG). A SEDS, o DEOP e o CSC não possuem experiência com a execução de projetos executados com

financiamento de recursos desta natureza e as especificidades das Políticas, Normas e Procedimentos do Banco.

IV. AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL

A. CONCEITOS

4.1. Por Capacidade Institucional - CI deve-se entender a disponibilidade, por parte de um Organismo Executor – OE, de recursos humanos, materiais e equipamentos, em termos de planejamento, organização, orientação e controle, de tal forma a permitir a execução adequada de um projeto ou programa, bem como a gestão eficaz e eficiente dos referidos recursos, em conformidade com os termos acordados com o Banco.

4.2. Para facilitar a avaliação ou o desenho da capacidade institucional, o Banco desenvolveu metodologia, pela qual se analisa a disponibilidade de recursos humanos, materiais e de sistemas de informação, agrupados nas seguintes áreas:

4.2.1. *Capacidade de Programação e Organização:* representam a habilidade para desenvolver processos de Programação e atribuir responsabilidade pela administração dos recursos, de tal forma que se obtenha uma dinâmica apropriada no exercício das atribuições e na oportunidade e qualidade das comunicações. Em termos gerais, o Banco espera que os OE criem sistemáticas e metodologias apropriadas para o planejamento e programação das ações previstas e organização administrativa para a gestão dessas ações, sob sua responsabilidade.

4.2.2. *Capacidade de Execução das Atividades Programadas:* representa a habilidade para alcançar os resultados programados. Em termos gerais, o Banco espera que os OE disponham de métodos de administração apropriados para a execução, incluindo as seguintes funções: a) Administração de Pessoal; b) Administração de Bens e Serviços; e, c) Administração Financeira.

4.2.3. *Capacidade de Controle:* esta capacidade se manifesta de forma interna e externa. No primeiro caso, o OE inclui no contexto da organização de suas atividades uma Sistemática de Controle Interno e, no segundo caso, em cumprimento do Contrato de Empréstimo, o OE submete suas Demonstrações Financeiras e outras informações a um exame de Auditoria realizado por uma Firma Independente ou uma Instituição Superior de Auditoria.

B. CAPACIDADE DE PROGRAMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

4.3. As atividades de coordenação do planejamento e da gestão do Governo do Estado são exercidas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) que tem por finalidade coordenar a formulação, a execução e a avaliação de políticas públicas, visando ao desenvolvimento econômico, social e institucional do Estado, propor e executar políticas públicas de recursos humanos, orçamento, recursos logísticos e Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, modernização administrativa e saúde ocupacional, bem como exercer a coordenação geral das ações de governo e a gestão da estratégia governamental.

4.4. Mediante consultas às demais Secretarias, consolida as informações e elabora o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), para um período de quatro anos, o qual é aprovado pela Assembleia Legislativa (Poder Legislativo). A Secretaria é a responsável pela preparação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que é uma lei com validade anual e que estabelece as metas e prioridades para a Administração, com base no PPAG, incluindo as

despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, que orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) e disporá sobre o equilíbrio entre as receitas e as despesas. A Secretaria realiza, ainda, o controle e distribuição do orçamento, contabilidade, tesouraria e a elaboração do balanço anual das contas públicas. O processo de preparação da LDO para o exercício seguinte se inicia no primeiro semestre de cada ano. A preparação do orçamento anual, também tem início no primeiro semestre e deve adotar como diretriz a LDO aprovada no ano anterior.

4.5. Como acompanha a execução do orçamento anual, quando necessário, prepara pedidos de créditos suplementares ao orçamento, inclusive elaborando os Projetos de Lei ou de Decreto, conforme o caso, para aprovação dos créditos orçamentários ou das alterações julgadas pertinentes.

4.6. Para o planejamento e programação das ações (programas e projetos), da mesma forma que os demais órgãos que compõem a administração pública estadual, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão é a responsável pela elaboração das leis de diretrizes orçamentárias anuais e dos orçamentos fiscais. Cabe, ainda, à Secretária de Estado de Planejamento e Gestão a orientação aos órgãos governamentais na elaboração de seus orçamentos, o estabelecimento de normas e procedimentos orçamentários, e a elaboração da programação orçamentária-financeira e do relatório de acompanhamento físico-financeiro. Para apoio na realização de suas funções de planejamento é suportado pelos sistemas: i) SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento - este sistema é adotado por todas as Secretarias do Estado, onde se elabora e monitora o PPAG; ii) ESTRATEGIA - Sistema de Monitoramento e Gestão da Estratégia Governamental; e iii) SIAFI – Sistema Orçamentário e Financeiro, que permite acompanhar a execução dos Programas e Projetos executados pelas Secretarias e gerar relatórios da execução orçamentária/financeira.

4.7. Resultados da Análise:

| <u>Deficiências</u> | <u>Riscos</u> | <u>Recomendações</u> |
|---|--|--|
| Inexistência de instruções de serviços/normativas atualizadas e manualizadas. Não existem procedimentos formais para o controle e monitoramento da execução do Plano de Aquisições e do POA do Programa. | Deficiência na execução e disseminação /institucionalização de conhecimentos necessários à execução do Programa. | ✓ Elaborar um Manual Operativo do Programa que descreva, em detalhes, as responsabilidades de cada órgão envolvido, as normas e os processos de trabalho para a execução das ações, assim como apresentar os modelos/formatos dos documentos requeridos pelo Banco. |
| Inexistência de UGP (formal) e de designação de seu pessoal para o execução das ações do Programa, incluindo pessoal das PM, PC, CBM, DEOP e CSC. | Possibilidade de descumprimento dos prazos estabelecidos no Projeto/ atraso na execução. Deficiência no controle e verificação de resultados, visão global e rede de precedência das ações do Programa; Possibilidade de descasamento entre as reais necessidades orçamentárias do Programa. | ✓ Assegurar no orçamento da Secretaria recursos para o Programa (ver fontes BID e Contrapartida) – exercício de 2015. ✓ Criar a UGP contemplando a estrutura proposta e designar, neste caso, os Coordenadores Administrativo-Financeiro e de Monitoramento e Avaliação. ✓ No âmbito da UGP criar ato que formalize e estabeleça as vinculações, subordinação, estrutura, car- |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>gos, funções e responsabilidades de cada membro da equipe, em especial as de planejamento.</p> <p>✓ Solicitar à PM, PC, CBM, DEOP e CSC a indicação do pessoal que ficará responsável por responder as demandas do Programa.</p> |
|--|--|---|

C. CAPACIDADE DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PROGRAMADAS

- 4.8. Sistema de Administração de Pessoal** - As funções de administração e desenvolvimento de pessoal estão a cargo da Subsecretaria de Gestão de Pessoas da SEPLAG, que tem por finalidade coordenar a formulação, a execução, a avaliação, a orientação técnica e o controle, em nível central, de políticas públicas voltadas para a gestão dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Estado de Minas Gerais.
- 4.9.** Para gestão dos RH utiliza o Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SISAP e para a gestão do desempenho, o Sistema de Avaliação de Desempenho - SISAD.
- 4.10.** Possui uma equipe com capacidade comprovada e experiência na gestão de RH.
- 4.11. Sistema de Administração de Bens e Serviços** – O Decreto 46.552 de 30 de junho de 2014, regulamentou o funcionamento do Centro de Serviços Compartilhados – CSC, Subsecretaria da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, que tem por finalidade o gerenciamento do processamento das atividades transacionais e a prestação de serviços administrativos aos órgãos e entidades demandantes, onde o Governo do Estado centralizou todas as compras públicas, com exceção da contratação de obras.
- 4.12.** Todas as aquisições e contratações do governo são realizadas no Sistema de Compras Públicas do Estado, o “*Portal de Compras de MG*”, incluindo as compras por meio de Pregão Eletrônico. O sistema de pregão eletrônico do estado é reconhecido pelo Banco.
- 4.13.** Para a realização dos processos no âmbito do Programa (revisão da especificação e orçamento, publicação, acompanhamento, avaliação das propostas, contratação, controle dos contratos e documentação dos processos) e cumprimento dos cronogramas, regras e procedimentos licitatórios (específicos e distintos dos normalmente utilizados – Lei Nº 8.666/83) estabelecidos no Contrato de Empréstimo a ser celebrado com o BID, **o governo deverá designar pessoal específico da CSC para tal fim** – recomenda-se, se possível, a criação de uma área específica para atendimento às demandas oriundas de programas financiados por organismos internacionais.
- 4.14.** Além da CSC a UGP/SEDS será apoiada pelo DEOP que será responsável pela realização dos processos licitatórios das obras.
- 4.15. Sistema de Administração Financeira** - O Sistema de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais é operado pela Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), responsável por realizar a gestão dos recursos financeiros e as atividades pertinentes à gestão da governança corporativa estadual, assim como responsabilizar-se pelo provimento, controle e administração dos recursos financeiros necessários à consecução dos objetivos da Administração Pública Estadual. É de sua responsabilidade também: i) executar as atividades de programação, financeira, acompanhamento, avaliação, estudos e análises no âmbito da Secretaria, em estreita articulação com as unidades centrais do Sistema de Planejamento; ii) executar a programação orçamentária, registrar e controlar as dotações orçamentárias e os créditos adicionais; iii) conciliar as contas contábeis; iv) elaborar demonstrativos de execução orçamentária e financeira; v) executar a escrituração contábil, patrimonial e financeira e elaborar balancetes e balanços; vi) promover o

ordenamento e o arquivamento da documentação contábil. A UGP deverá ter total integração e coordenação com esta Secretaria.

4.16. No âmbito do Programa, também será responsável pela internalização, disponibilização e controle dos recursos necessários à execução das ações previstas.

4.17. Deverá, ainda, em apoio a SEDS, manter os registros contábeis que ficarão à disposição dos auditores externos, neste caso, do Tribunal de Contas do Estado (TCE/MG) e do BID, para suas inspeções e fiscalizações que sejam necessárias. Por sua vez, a UGP/SEDS será a responsável pela elaboração e encaminhamento dos relatórios financeiros e solicitações de desembolso, contendo a indicação do uso dos recursos do financiamento e da contrapartida, através de apresentação das demonstrações financeiras do Programa.

4.18. O Sistema utilizado pela SEF é o SIAFI que permite acompanhar a execução dos Programas e Projetos executados pelas Secretarias e gerar relatórios da execução orçamentária/financeira. Para o exercício de sua função segue as normas da Administração Pública e adotam e já estão familiarizados com as normas e procedimentos do BID, uma vez que acompanharam a execução de outros programas similares junto ao BID.

4.19. Resultados da Análise:

| <u>Deficiências</u> | <u>Riscos</u> | <u>Recomendações</u> |
|---|---|--|
| Não está formalizada a estrutura e suas responsabilidades para a execução das ações do Programa. | Descumprimento dos prazos estabelecidos no Programa/ atraso na execução, decorrentes da falta de priorização das demandas da UGP, por parte das áreas meio/ operacionais/ de suporte que apoiarão a execução do Programa (SEPLAG, SEF, DEOP) de forma integrada com a UGP, devido à falta de formalização da relação. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Criar a UGP/SEDS contemplando a estrutura proposta e designar seu pessoal. Neste ato contemplar a formalização e estabelecimento das vinculações, subordinação, estrutura, cargos, funções e responsabilidades de cada membro da equipe, incluindo das UET, DEOP e CSC. |
| Não estão definidos e manualizados os procedimentos para a realização, documentação e controle dos processos de contratação e aquisição que serão realizados e que deverão ser monitorados, controlados e supervisionados pela UGP. | | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Elaborar Manual Operativo do Programa. |
| Inexistência de pessoal na SEDS, DEOP e CSC com conhecimento das políticas, normas e procedimentos do BID. | <p>Atrasos na execução.</p> <p>Dificuldade para identificar responsabilidades nas diferentes fases e etapas dos processos do BID por desconhecimento das mesmas.</p> <p>Possibilidade de distorções e inadequações nos registros financeiros e operativos sobre os serviços contratados.</p> <p>Perda da memória e continuidade das ações e</p> | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Elaborar Manual Operativo do Programa. ✓ Designar pessoal do DEOP e CSC para execução das ações do Programa. ✓ Elaborar Plano de Capacitação e prover treinamento/capacitação para todos que compõem o modelo de execução, sobre as novas políticas do Banco (GN-2349-9, para obras e bens e GN-2350-9, para serviços de consultoria), normas e procedi- |

| | | |
|---|--|--|
| | descumprimento dos prazos estabelecidos. | mentos operativos para execução, em conformidade com o estabelecido no Contrato de Empréstimo. ✓ Acordar sistemática e formato específico e em separado, para a guarda e arquivamento dos documentos e processos do Programa. |
| O SIAF não gera todos os controles, registros e relatórios requeridos pelo Banco. | Falta de informações ou existência de informações dispersas, incompletas e inconsistentes para a tomada de decisões, definição da programação orçamentária anual e avaliação do grau de cumprimento dos indicadores e metas de execução e resultado. | ✓ Apresentar ao Banco, durante a Missão de Análise, Sistema Informatizado que será utilizado pela UGP na execução para a gestão, registro, controle e emissão de relatórios das atividades e recursos do Programa. |

D. CAPACIDADE DE CONTROLE

- 4.20. Controle Interno** – O controle interno é realizado pela Controladoria-Geral do Estado, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, que tem por finalidade assistir diretamente o Governador no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências atinentes, no âmbito do Poder Executivo, à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e combate à corrupção e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da Administração Pública Estadual.
- 4.21.** A Controladoria-Geral atua no controle interno e na legalidade dos atos da Administração Pública. Após análise do fato, emite relatório que apresenta as evidências e irregularidades constatadas e as recomendações de ações que deverão ser tomadas para correção das mesmas. Esses relatórios poderão ser encaminhados, dependendo da natureza das evidências e irregularidades, para o Tribunal de Contas do Estado (TCE), órgão do Poder Legislativo, responsável pelo Controle Externo (competência para apreciar a razoabilidade, a legitimidade e a economicidade de determinados atos da Administração, ao lado da apreciação dos aspectos formais de regularidade e legalidade desses atos), conforme previsto na Constituição.
- 4.22. Controle Externo** - O Controle Externo é exercido pelos Tribunais de Contas do Estado e da União (TCE/MG e TCU). Sua atuação é estendida e estabelecida constitucionalmente, a todos os níveis da Administração Pública.
- 4.23.** O TCE/MG é responsável por avaliar os resultados quanto à eficiência, eficácia e efetividade da gestão financeira, orçamentária, contábil, patrimonial e operacional dos órgãos e entidades sob sua jurisdição, e o respeito aos princípios constitucionais-administrativos estabelecidos. É responsável ainda, pelo acompanhamento da execução dos programas, projetos e atividades e da movimentação de recursos orçamentários e extra-orçamentários, compreendidos os fundos especiais ou de natureza contábil.
- 4.24.** As auditorias do Controle Externo são realizadas anualmente e por amostragem, seguindo os Planos Anuais de Auditoria Externa, que são definidos seguindo a instrução regimental que estabelece a preferência aos programas prioritários do governo, àqueles de importância estratégica para o desenvolvimento do Estado, de amplo alcance social ou que demandem grandes investimentos. Além das auditorias previstas nos Planos, quando se evidenciar a

ocorrência de fatos ou a prática de atos que, configurando ilícito administrativo ou penal, causem dano ao erário ou ao patrimônio público, o TCE poderá realizar auditorias extraordinárias, com foco específico.

4.25. O TCE detém poder para aplicar as seguintes sanções aos administradores públicos, caso apure irregularidade: i) multa pecuniária; ii) suspensão dos direitos políticos, afastamento ou perda da função pública; iii) indisponibilidade de bens e ressarcimento ao erário público; iv) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou confiança, demissão, arresto e indisponibilidade de bens; v) sequestro de bens; vi) inelegibilidade nos casos previstos na legislação pertinente.

4.26. Uma vez que o TCE/MG é reconhecido pelo Banco como órgão de controle externo de suas operações junto ao Governo do Estado, o mesmo será o responsável por realizar as auditorias anuais requeridas pelo Banco no Contrato de Empréstimo.

4.27. Resultados da Análise:

| <u>Deficiências</u> | <u>Riscos</u> | <u>Recomendações</u> |
|---|--|--|
| Auditoria reativa, não estão implementadas nos sistemas de TI trilhas de auditoria. Falta de cultura de controle disseminada. | Possibilidade de influências em sua atuação. Descompasso e desatualização com relação aos métodos/práticas de auditoria, reconhecidas internacionalmente. Aumento do volume de irregularidades operacionais, decorrente do desconhecimento, por parte dos servidores/funcionários, de todo o ciclo de Controle Interno | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Considerar a introdução de métodos/práticas de auditoria (análise de risco), consideradas internacionalmente. ✓ Implantação de um Sistema Informatizado para o registro e gestão das auditorias e revisões. ✓ Implantação integral de política de segurança da informação e trilhas de auditoria. ✓ Definir procedimentos e estimular a prática de auto-avaliação, por parte da alta direção e do pessoal que realiza as atividades operativas dos órgãos/entidades/unidades que compõem o Sistema de Controle Interno. |
| Não há, na regulamentação do TCE, previsão de realização de auditorias anuais/periódicas aos Contratos de Empréstimo. O TCE/MG é uma instituição reconhecida pelo Banco com competência para a realização do controle dessas atividades/recursos. | Descumprimento das Cláusulas contratuais – “apresentação de demonstrações financeiras, devidamente auditadas com o parecer da entidade de auditoria reconhecida e acordada com o Banco”. | <ul style="list-style-type: none"> ✓ Oficializar junto ao TCE/MG, órgão de controle reconhecido formalmente pelo Banco para a realização das auditorias periódicas de suas operações junto aos órgãos do governo do estado, a necessidade de realização e acompanhamento contínuo e periódico (anual) do Programa. ✓ Obter posição formal do TCE/MG com o comprometimento de que realizará o acompanhamento contínuo e periódico (anual) do |

| | | |
|--|--|--|
| | | Programa, incluindo a emissão de pareceres, conforme as exigências do BID, com respeito à Auditoria Externa. |
|--|--|--|

V. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A. CAPACIDADE INSTITUCIONAL

- 5.1.** Após a realização da referida Avaliação, utilizando a Metodologia do Sistema SECI, no âmbito do Governo do Estado de Minas Gerais, em especial da SEDS, foram observados, conforme quadro abaixo, os seguintes resultados: i) a SEDS, mesmo não tendo experiência prévia na execução de recursos desta natureza, possui equipe qualificada de funcionários e é a responsável pelo Sistema de Segurança no Estado, o que a qualifica com uma CI Satisfatória (SD) para gestão das ações que serão realizadas no âmbito do Programa, necessitando de fortalecimento no que tange aos conhecimentos a respeito das políticas, normas e procedimentos do BID; ii) quanto ao risco, possui um nível de Risco Institucional Baixo (RB) para a operação. Merece ressaltar que, uma vez que os recursos do Banco veem para apoiar o fortalecimento e ampliação de ações testadas e/ou em desenvolvimento, já executadas por esta Secretaria, pela PM, pela PC e pelo CBM, não ha razões para alterar o Risco Institucional.

Quadro 1

Resultado/Qualificação SECI (Diagnóstico da Capacidade Institucional – CI)

| SISTEMA | QUALIFICAÇÃO | | | DESENVOLV. (ND, ID, MD, SD) | RISCO (RA, RS, RM, RB) | |
|-----------------|--------------|--------------|------------|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------|
| | Qualificação | IR % | Ponderação | | | |
| CPO | 97,62% | 25% | 24,41% | SD | RB | |
| CE | 90,02% | 45% | 40,51% | SD | RB | |
| CC | 87,72% | 30% | 26,32% | SD | RB | |
| RESULTADO FINAL | | | 91,24% | SD | RB | |
| CAPACIDADE | SISTEMA | QUALIFICAÇÃO | | | DESENVOLV. (ND, ID, MD, SD) | RISCO (RA, RS, RM, RB) |
| | | Qualificação | IR % | Ponderação | | |
| CPO | SPA | 100,00% | 50% | 50,00% | SD | RB |
| | SOA | 95,24% | 50% | 47,62% | SD | RB |
| TOTAL/RESULTADO | | | 100% | 97,62% | SD | RB |
| CE | SAP | 93,33% | 30% | 28,00% | SD | RB |
| | SABS | 84,85% | 30% | 25,45% | SD | RB |
| | SAF | 91,43% | 40% | 36,57% | SD | RB |
| TOTAL/RESULTADO | | | 100% | 90,02% | SD | RB |
| CC | SCI | 89,66% | 80% | 71,72% | SD | RB |
| | SCE | 80,00% | 20% | 16,00% | MD | RM |
| TOTAL/RESULTADO | | | 100% | 87,72% | SD | RB |

Conceitos:

| | | |
|--------------------|-----|---|
| Capacidade: | CPO | Capacidade de Programação e Organização |
| | CE | Capacidade de Execução das Atividades Programadas e Organizadas |
| | CC | Capacidade de Controle |

| | | |
|------------------|------|---|
| Sistemas: | SPA | Sistema de Planejamento e Programação |
| | SOA | Sistema de Organização e Administração |
| | SAP | Sistema de Administração de Pessoal |
| | SABS | Sistema de Administração de Bens e Serviços |
| | SAF | Sistema de Administração Financeira |
| | SCI | Sistema de Controle Interno |
| | SCE | Sistema de Controle Externo |

| | | |
|--------------------|----|--------------------------|
| Desenvolv.: | ND | Não Existe (0 a 40%) |
| | ID | Incipiente (41 a 60%) |
| | MD | Mediano (61 a 80%) |
| | SD | Satisfatório (81 a 100%) |

| | | |
|---------------|----|------------------------|
| Risco: | RA | Alto (0 a 40%) |
| | RS | Substancial (41 a 60%) |
| | RM | Médio (61 a 80%) |
| | RB | Baixo (81 a 100%) |

B. REVISÕES POR PARTE DO BANCO

5.2. Desembolsos – Considerando o resultado da Avaliação recomenda-se a aplicação da modalidade de revisão “*ex-post*” dos documentos de suporte aos desembolsos.

5.3. Aquisições de Bens, Obras e Serviços e Seleção e Contratação de Consultorias - De acordo com suas políticas de aquisição, o Banco estabelece montantes mínimos a partir dos quais se deverá adotar, obrigatoriamente, o procedimento de Licitação Pública Internacional (LPI) para as aquisições de Bens, Obras e Serviços e Seleção e Contratação de Consultorias, quando financiados com recursos do BID. A esse respeito e considerando: i) a CI da SEDS e de suas áreas operacionais que apoiarão a execução dos recursos destinados ao Programa; e ii) o desconhecimento das políticas do Banco, por parte das equipes da SEDS, DEOP e CSC, levamos a recomendar a revisão “*ex-ante*” de alguns processos considerados prioritários e de maior relevância técnica, independente de seu valor, indicados no Plano de Aquisições resultante da Missão de Análise. Após esta fase, recomenda-se a aplicação do método de revisão “*ex-post*”, mediante aplicação de uma nova análise da CI e anuência do Banco.

C. PLANO DE SUPERVISÃO PROPOSTO

| ATIVIDADE DE SUPERVISÃO | PLANO DE SUPERVISÃO | | | |
|--|---|---|---|--------------|
| | NATUREZA E ALCANCE | QUANDO | RESPONSÁVEL | |
| | | | BANCO | EXECUTOR |
| OPERACIONAIS | Revisão do avanço físico das ações/atividades previstas nos componentes versus Desembolsos, por meio do Relatório de Progresso. | Semestral | Especialistas Setorial e Financeiro | UGP |
| | Revisão da Projeção de Desembolsos. | Semestral | Especialista Setorial | UGP |
| AQUISIÇÕES | Revisão Ex-ante dos Processos de Aquisição de Bens e Serviços e Contratação de Obras e Seleção e contratação de Consultorias. | Durante a execução e conforme indicado no PA. | Especialistas Setorial e de Aquisições | UGP |
| | Revisão dos processos acima dos limites para LPI estabelecidos para o Brasil e dos de Contratação Direta | Todo período de execução do Programa | Especialistas Setorial e de Aquisições | UGP |
| | Visita de Supervisão. | Anual | Especialista Setorial e Equipe Fiduciária | UGP |
| FINANCEIRA | Revisão <i>ex-post</i> de desembolsos e das aquisições. | Anual | Equipe Fiduciária | UGP e TCE/MG |
| | Auditoria Anual. | Anual | Equipe Fiduciária | UGP e TCE/MG |
| | Revisão das solicitações de desembolsos e informes anexos. | Periódica | Equipe Fiduciária | |
| | Visita de Supervisão. | Anual | Especialista Setorial e Equipe Fiduciária | UGP |
| ELEGIBILIDADE E CUMPRIMENTO ÀS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS | Previsão Orçamentária necessária à execução das ações. | Anual | Especialista Setorial e Equipe Fiduciária | UCPR |
| | Apresentação das Demonstrações Financeiras auditadas. | Anual | Especialista Setorial e Equipe Fiduciária | UGP e TCE/MG |
| | Condições Prévias ao primeiro desembolso. | Em até 180 dias da data de assinatura do Contrato | Especialista Setorial e Equipe Fiduciária | UGP |

VII. PLANO DE FORTALECIMENTO

| ÍTEM | O QUE ? | PRODUTO | QUEM ? | COMO ? ATIVIDADES | QUANDO ? | CUSTO ESTIMADO (US\$) |
|------|--|---|--------|---|---|-----------------------------|
| 01 | Criar e instituir, formalmente, a Unidade de Gerenciamento do Programa. | Ato Normativo de Criação da UGP, publicado e divulgado a todos os órgãos e estruturas que compõem o Modelo de Execução proposto. | SEDS | <ol style="list-style-type: none"> 1. Validar junto aos dirigentes do CCE do Programa, o Modelo de Execução proposto. 2. Definir a vinculação, subordinação, estrutura, cargos, funções e responsabilidades de cada membro da Equipe - UGP e estabelecer as competências das demais áreas operacionais da Secretaria que compõem o modelo de execução proposto. 3. Elaborar Minuta do Ato Normativo e aprovar junto aos dirigentes e áreas competentes. 4. Publicar Ato Normativo. 5. Divulgar a publicação e conteúdo do Ato a todos do Modelo de execução. 6. Formalizar a designação da Equipe, incluindo das UET, do DEOP e CSC. | Imediata | Nenhum |
| 02 | Instrumento para suporte ao planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações do Programa. | Manual Operativo do Programa (de procedimentos/processos de trabalho/metodologia específicos para a coordenação, gestão e execução do Programa), disponibilizado. | SEDS | <ol style="list-style-type: none"> 1. Definir e manualizar os procedimentos/processos de trabalho/metodologia, em conformidade com as normas e procedimentos estabelecidos no Contrato de Empréstimo, assim como as interações processuais da UGP com as demais áreas operacionais da Secretaria envolvidas na execução do Programa; 2. Elaborar e estabelecer os formatos de documentos e modelos necessários e específicos ao planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações do Programa; 3. Divulgar, capacitar e disponibilizar o manual de procedimentos/processos de trabalho/metodologia a todos os envolvidos na execução. | 03 meses a contar da data de assinatura do Contrato | XXX |

| ÍTEM | O QUE ? | PRODUTO | QUEM ? | COMO ? ATIVIDADES | QUANDO ? | CUSTO ESTIMADO (US\$) |
|-------------|---|---|---------------|---|--|--------------------------------------|
| 03 | Ferramenta para gestão, registro, controle e emissão de relatórios das atividades e recursos do Programa. | Sistema de Gestão implantado e gerando relatórios requeridos pelo Banco. | SEDS | 1. Analisar as normas, procedimentos e formato dos relatórios exigidos pelo BID e verificar a aderência às funcionalidades existentes no Sistema identificado; 2. Realizar as adequações necessárias; 3. Disponibilizar o Sistema a todos os envolvidos na execução; 4. Capacitar os usuários. | 06 meses a contar da data de assinatura do Contrato. | |
| 04 | Capacitação da Equipe | Evento de Capacitação para a coordenação, gestão e execução do Programa, realizado. | BID | 1. Realizar capacitação para todos os envolvidos no Modelo de Execução sobre as normas, procedimentos e políticas do Banco – Aquisições e Gestão financeira. | Missão de Análise . | |

MATRIZ DE RESULTADOS

| Organismo Ejecutor | ESTADO DE MINAS GERAIS – SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL (SEDS) (Brazil) | | | | | |
|---|--|----------------|-----|--------|------------|-----------------|
| Operación | PROGRAMA MG SEGURO (BR-L1417) | | | | | |
| | | | | | | |
| Capacidad | Sistema | Quantificación | | | Desarrollo | Nivel de Riesgo |
| | | Calificación | IR% | Peso | | |
| CPO | SPA | 100.00% | 50 | 50.00% | SD | RB |
| | SOA | 92.24% | 50 | 47.62% | SD | RB |
| Total | | | | 97.62% | SD | RB |
| CE | SAP | 93.33% | 30 | 28.00% | SD | RB |
| | SAB | 84.85% | 30 | 25.45% | SD | RB |
| | SAF | 91.43% | 40 | 36.57% | SD | RB |
| Total | | | | 90.02% | SD | RB |
| CC | SCI | 89.66% | 80 | 71.72% | SD | RB |
| | SCE | 80.00% | 20 | 16.00% | MD | RM |
| Total | | | | 87.72% | SD | RB |
| Total | | Quantificación | | | Desarrollo | Nivel de Riesgo |
| | | Calificación | IR% | Peso | | |
| CPO | | 97.62% | 25 | 24.41% | SD | RB |
| CE | | 90.02% | 45 | 40.51% | SD | RB |
| CC | | 87,72% | 30 | 26.32% | SD | RB |
| Total | | | | 91.24% | SD | RB |
| | | | | | | |
| Preparado por: José de Arimatéa Rodrigues | | | | | | |
| Fecha 12/09/2014 | | | | | | |